



IV CONGRESO ISUF-H
BARCELONA 2020

Forma Urbis
y Territorios Metropolitanos

METRÓPOLIS EN RECOMPOSICIÓN.
PROSPECTIVAS PROYECTUALES DEL SIGLO XXI

Democra - city. Processos participativos e *upgrading* dos bairros autoproduzidos da Área Metropolitana de Lisboa. O caso do Bairro da Torre

Democra - city. Participatory approach and upgrading of the self-produced neighborhoods of the metropolitan area of Lisbon. The case of Bairro da Torre

Rosa Arma¹

¹CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Rua Sá Nogueira, Polo Universitário, do Alto da Ajuda, 1349-063, Lisboa, Portugal

rossellaarma@gmail.com

Palavras-chave: processos participativos, cidade marginal autoproduzida, Direito à Cidade, arquiteto rebelde.

Resumo:

Pretende-se refletir sobre o papel dos processos participativos no *upgrading* da cidade marginal autoproduzida e identificar a abordagem participativa que contribui para a qualidade espacial das margens urbanas bem como para a inclusão e a emancipação dos seus habitantes, conduzindo a uma cidade marginal autoproduzida mais democrática, empoderada, inclusiva, justa, qualificada e sustentável: uma democra - city. Os ensaios participativos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (GESTUAL), no Bairro da Torre, bairro autoproduzido da Área Metropolitana de Lisboa (AML), constituem o caso de estudo e serão lidos à luz do *Droit à la ville* de Lefebvre (1968) no seu significado emancipatório de direito de todos à participação ativa na transformação da cidade (Raposo, 2016). Será considerada também a reconfiguração da prática profissional do arquiteto/ urbanista ao repensar a cidade marginal autoproduzida e ao requalificá-la através de uma abordagem participativa mais emancipadora.

Keywords: participatory approach, marginal self-produced city, Right to the City, rebel architect.

Abstract:

The paper aims at reflecting about the participatory approach within the upgrading of the self-produced marginal city able to contribute to its spatial quality as well as to social inclusion and emancipation and leading to a democra-city, a more democratic, empowered, inclusive, just, qualified and sustainable marginal self-produced city. The different participatory essays implemented by the Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (GESTUAL), in Bairro da Torre, self-produced neighborhood of the metropolitan area of Lisbon, will be read at the light of Lefebvre's *Droit à la ville* in its emancipatory meaning of everybody's right to active participation in the transformation of the city (Raposo, 2016). I will also consider the reconfiguration of the professional practice of the architect/ urbanist, while finding new ways of re-thinking the marginal self-produced city and upgrading it through a renovated participatory approach.

Introdução

Em linha com o pensamento de Lefebvre (1974), que lê o espaço como produto do social, a mudança de contexto sociopolítico e territorial determina também uma mudança de paradigma ao nível urbanístico, ou seja, nas teorias evocadas para pensar a situação socioespacial e nela intervir. As cidades contemporâneas enfrentam problemas e desafios que não encontram solução nos atuais paradigmas de intervenção, de iniciativa pública ou privada, geralmente dominados pela lógica do capital, cujos benefícios recaem sobre os grupos de maiores recursos (Harvey, 1980). Para Wallerstein (2011), assistimos a uma crise do sistema capitalista, decorrente do confronto de duas forças em ação: de um lado, o autoritarismo e a desigualdade, do outro, novas formas de resistência que apelam por mais democracia e igualdade. Com o crescimento populacional a nível mundial, o grande afluxo de pessoas às cidades e a falta ou insuficiência de programas habitacionais dirigidos para grupos de menores recursos, assiste-se ao crescimento das margens urbanas, a par da degradação ambiental, da crise económica, do aumento das desigualdades sócio espaciais e de fenómenos de exclusão urbana. Ao nível do espaço urbanizado da Área Metropolitana de Lisboa (AML), a percentagem do território ocupado por bairros autoproduzidos¹ pode chegar aos 10%, se se incluir os territórios classificados como Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (Raposo, 2012). As áreas autoproduzidas em terreno ocupado têm sido tendencialmente sujeitas a intervenções de renovação urbana, assentes na tábua rasa, seguidas ou não de processos de realojamento ou reassentamento. O aumento da desigualdade socioespacial e de fenómenos de exclusão urbana apela para outras formas de pensar e intervir na cidade (Raposo, 2012) e a busca de instrumentos e estratégias que promovam a participação das comunidades na tomada de decisões. Entretanto, a participação não está isenta de conflitos e, em alguns projetos, constitui apenas uma estratégia de cooptação de consensos. Enquanto vozes e práticas de carácter mais emancipatório emergem e a abordagem participativa para a requalificação de áreas urbanas periféricas autoproduzidas vem a ser cada vez mais evocada, a noção de participação vulgarizou-se e, como referem Raposo, Crespo e Lages (2017), é hoje reclamada por diferentes linhas de pensamento, determinando diferentes práticas, algumas mais *top-down* e conservadoras, outras mais *bottom-up* e transformadoras, e diferentes resultados.

O breve relato que aqui faço sobre o trabalho de campo desenvolvido pelo Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (GESTUAL) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL) dentro do território objeto de estudo, constitui uma primeira abordagem à uma reflexão mais profunda, iniciada no quadro da minha tese de doutoramento, sobre os processos e projetos arquitetónicos com maior potencial para contribuir para uma cidade mais democrática e empoderada, inclusiva e justa, qualificada e sustentável: uma *democra-city* (assim definida no âmbito da minha pesquisa, com base no marco teórico e metodológico). A minha investigação, que este texto anuncia, centrar-se-á em torno do impacto socioespacial dos processos participativos na intervenção em bairros autoproduzidos, o que constitui o objeto privilegiado de estudo, e tem como objetivo geral colaborar na produção de um conhecimento científico crítico de visões estereotipadas sobre os subúrbios autoproduzidos, visando ‘repensá-los’ de forma a ser possível contribuir para novas abordagens para a sua requalificação. Esta investigação sobre participação e sobre o papel do arquiteto nos processos participativos surge da necessidade de um acompanhamento das intervenções participadas e da falta, em muitos casos, de uma avaliação de como os projetos estão a funcionar, qual é o nível de satisfação dos usuários, quais as transformações que ocorreram e quais retificações são necessárias. Pretende-se aprofundar o estudo dos percursos realizados mas também interrogar o futuro no que tange às experiências participativas no cenário português e global, identificando as práticas que contribuem para uma verdadeira e mais radical transformação da cidade e da sociedade, a partir da hipótese de que os processos que assentam na participação horizontal são condição para requalificar os subúrbios autoproduzidos, tornando-os

¹ A noção de ‘autoprodução’ é utilizada na aceção que surgiu do debate entre alguns investigadores do GESTUAL. A designação de ‘autoprodução’ refere-se ao modo de produção do espaço no sentido mais abrangente abordado por Henri Lefebvre (1974), e não apenas à autoconstrução. Pretende-se com esta denominação incorporar a dimensão do processo e chamar a atenção para toda a energia despendida pelos ‘produtores’ dos espaços, em vez de sublinhar, como fazem os conceitos dominantes de informal, ilegal ou irregular, o que estes lugares não têm, em oposição dialética à cidade consolidada (Raposo, Jorge, Melo, Viegas, 2013).

laboratórios locais de democracia e respondendo a uma noção de Direito à Cidade que suporte a sua transformação enquanto nos transformamos a nós próprios (Harvey, 2008). Tomam-se como referência para a interpretação do caso de estudo, a noção de 'Direito à Cidade' introduzida por Lefebvre (1968), no seu significado emancipatório de 'Direito à Obra', ou seja, o direito de todos à participação ativa, à co-autoria e à co-transformação da cidade (Raposo, 2016) e a figura do 'arquiteto rebelde' delineada por Harvey (2004).

O texto está organizado em 4 partes: (1) a apresentação do caso de estudo: o Bairro da Torre em Camarate, e das intervenções do GESTUAL; (2) uma avaliação das ações participadas à luz do conceito do Direito à Cidade (Lefebvre, 1968); (3) uma reflexão sobre a 'arquitetura rebelde'; (4) uma nota final.

1. O caso de estudo e intervenção: o Bairro da Torre

Toma-se como caso de estudo o Bairro da Torre em Camarate (Loures). Escolheu-se este bairro por ser terreno de pesquisa e ação do GESTUAL, grupo no qual se desenvolve a minha investigação de doutoramento. O Bairro da Torre é um bairro autoproduzido da AML que resulta da ocupação, há mais de 50 anos, de um terreno que faz fronteira com o aeroporto de Lisboa, propriedade do Estado, estando sujeito à servidão do Instituto Nacional de Aviação Civil e da NAV Portugal, e de outro, contíguo, que é privado. O bairro acolhe uma pequena comunidade de famílias maioritariamente de etnia cigana e de origem africana (imigrantes de São Tomé e Príncipe). Em 2012 cerca de 70 famílias organizaram-se numa associação de moradores chamada Torre Amiga, presidida por uma mulher de São Tomé, a Ricardina Cuthbert, apoiada por uma mulher cigana, a Maria Cardoso. No ano 2000 residiam no bairro mais de trezentas famílias. Muitas foram realojadas pela Câmara de Loures em 2007 e 2011 ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER). As famílias não abrangidas pelo PER viram as suas casas demolidas, mas permaneceram no bairro. Após um corte da eletricidade em 2016 e um incêndio em 2018, outras famílias (cerca de 40) foram realojadas com o apoio do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), algumas destas em outros municípios da AML, privando-as das suas redes de solidariedade e cooperação das quais dependiam. Portanto, as famílias já realojadas tiveram a situação da habitação parcialmente resolvida, mas a sua situação socioeconómica em muitos casos agravou-se. Graças à sua resistência e ao apoio de diferentes coletivos, cerca de 15 famílias permanecem no bairro junto da sua comunidade. Embora estigmatizado e marcado por fatores de desigualdade e exclusão socioespaciais, o Bairro da Torre revela diversificadas e ricas experiências de apropriação e autoprodução do espaço, e têm sido objeto de ações que souberam incorporar a energia dos lugares, apelando ao *upgrading* do bairro e contrariando as posições favoráveis à sua erradicação. No entanto, o bairro apresenta ainda graves lacunas ao nível das infraestruturas, do espaço público, da dotação de equipamentos e da precariedade das habitações.

O GESTUAL foi envolvido por ativistas da associação Habita², para colaborar na procura de soluções para o Bairro da Torre. A partir do diálogo com esta associação, a associação de moradores Torre Amiga e o município de Loures, o GESTUAL iniciou em 2014 o estudo do bairro, no âmbito do projeto de investigação 'Ação-Investigação no bairro da Torre, Loures. Extensão académica e experimentação metodológica e de design'. Foi lançado um primeiro inquérito sócio-residencial às famílias do bairro para definir em conjunto com os interessados as questões prioritárias a resolver. Posteriormente procedeu-se a um diagnóstico territorial para identificar condicionantes urbanísticas, servidões aeronáuticas, cadastro e atores de instituições públicas e da sociedade civil ligados ao bairro. Foi feito um levantamento colaborativo das habitações e foram realizadas pequenas melhorias utilizando materiais e processos de baixa tecnologia e de baixo custo que integraram também os alunos da FAUL junto com a população em *workshops* didáticos: foram plantadas umas bananeiras, realizaram-se uma limpeza do bairro, um campo de futebol, a impermeabilização dos telhados com lonas e outras melhorias no interior de cada casa, foram desenhadas casas de banho coletivas e foi delineado um projeto para a realização de uma rede elétrica legal, em regime extraordinário, ao abrigo do DL 36/2018 de 22 de maio. O GESTUAL tem também acompanhado a Caravana

² Habita é uma associação que luta pelo Direito à Habitação e à Cidade. <https://habita.info/>

pelo Direito à Habitação, integrada na Assembleia de Moradores, experiência de auto-organização que junta a associação Torre Amiga a outros coletivos dos bairros periféricos da AML marcados por graves carências ao nível habitacional, com o objetivo de reivindicar o direito a uma habitação condigna. No âmbito do seminário 'Direito à Cidade (1968-2018)', organizado pelo GESTUAL, realizou-se na FAUL a exposição 'Vozes do Direito à Cidade', onde se pretendeu dar um olhar plural sobre este conceito do Lefebvre. Neste intuito, foi desenvolvido um processo de *photovoice* (fotografia participativa) com as crianças de etnia cigana e de origem africana do Bairro da Torre. Através das imagens que retratam a sua casa, o bairro, a comunidade e a cidade, e das narrativas que as acompanham, os jovens participantes conseguiram identificar forças, problemas e desejos ao nível individual e comunitário, e transmiti-los para as suas comunidades bem como para as pessoas de fora, envolvendo-se numa reflexão crítica em torno do conceito do Direito à Cidade. Foram também realizados filmes de divulgação sobre a situação passada e presente do bairro, as intervenções e as aspirações dos seus habitantes. Recentemente o GESTUAL tem acompanhado a artista plástica Marian van der Zwaan e Kevin Raposo na preparação do filme 'Artigo 65', cuja realização foi pedida pela presidente da associação Torre Amiga para mostrar os laços que unem os moradores de etnia cigana e de origem africana numa só comunidade e o seu sonho da construção de um bairro novo onde morar em conjunto. Os estudos sobre as condições de vida e de habitação e os relatos dos moradores que já foram realojados individualmente em bairros diferentes e longe uns dos outros, levaram o GESTUAL a apoiar este seu sonho de um realojamento coletivo nas proximidades do bairro. O Hugo Jesus, mestre pela FAUL e membro do GESTUAL, quis dar forma a este sonho e decidiu elaborar, no quadro do seu projeto final de Mestrado em Arquitetura, uma proposta para um pequeno bairro novo na faixa de terreno livre e pública entre o atual Bairro da Torre e o Bairro das Loureiras. Com o seu projeto pretendeu motivar a Câmara de Loures para uma intervenção mais inovadora e participada.

O GESTUAL tem também recentemente apoiado os moradores do Bairro da Torre na redação de uma carta aberta que pede uma intervenção urgente para minimizar a situação de maior vulnerabilidade que estão a viver, face ao surto de Covid-19. Com a pandemia, as famílias que permanecem no bairro vêm as suas condições de vida agravadas, por falta de acesso ao trabalho, alimentação e a serviços básicos como água e energia elétrica, e à educação, no caso das crianças, por falta da eletricidade e meios informáticos para o ensino à distância. As famílias alertaram para a sua capacidade muito limitada de observação de quarentena e de convalescença em caso de contágio e solicitaram a todas as entidades e instituições responsáveis a criação de condições para atenuar a acrescida precariedade e risco para a sua saúde física e mental. No atual contexto, o GESTUAL está a contribuir para a reflexão sobre os desafios e as propostas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 nas periferias urbanas e nos bairros autoproduzidos que não apresentam as condições favoráveis ao cumprimento das normas sanitárias previstas nos planos de emergências. Agravam-se, desta forma, as condições de exclusão socioespacial destes territórios, mas, ao mesmo tempo, verifica-se uma significativa mobilização das redes locais de solidariedade na procura de soluções mais imediatas.

A fim da sua investigação, os dados são recolhidos pela autora desta comunicação desde meados de 2016 ao longo do acompanhamento das ações em curso no bairro da Torre. A pesquisa empírica sobre o caso de estudo, ao nível do diagnóstico do lugar, das intervenções participadas de que foi alvo e seus impactes, e da delineação de ações futuras, assenta numa abordagem também ela participativa, em que o investigador é observador e, ao mesmo tempo, participante. O envolvimento do investigador supõe o uso de técnicas interativas como *focus groups*, painéis de peritos, mapeamentos colaborativos e *walktrus*, jogos e tertúlias com os *experts*, as associações e instituições do território bem como com a população, para além da participação em grupos de trabalho e de um acompanhamento assíduo do bairro que a autora tem realizado com periodicidade de cerca de 4/ 5 visitas mensais. Foi ainda realizada a análise da informação bibliográfica e documental e a observação e interpretação da cartografia e dos registos fotográficos existentes, recolhidos junto de entidades públicas e privadas, bem como do conhecimento e da experiência de intervenção nestes bairros produzidos pelo GESTUAL, estabelecendo contactos com atores chave que habitam e/ou estiveram envolvidos nos processos implementados.

O propósito de uma investigação-ação sobre participação não é o estabelecimento de técnicas ou parâmetros padronizados, mas a criação de bases teóricas que permitam experimentá-la cada vez de forma diferente e específica. É neste sentido que o trabalho de campo se constituiu como etapa fundamental do desenvolvimento da investigação, tanto para a construção do quadro teórico, como para a avaliação do modelo metodológico proposto e da hipótese avançada. O conceito de reflexividade que emerge nas ciências sociais (Giddens, 1991) e se estende ao urbanismo (Ascher, 2012; Portas, 2003), aponta, de facto, para um ir e vir entre a teoria e a prática, o que sugere a constante avaliação e redefinição do conhecimento e da prática, à luz de novos conhecimentos e de novas práticas.



Fig. 01 Ricardina Cuthbert, Maria Cardoso e Isabel Raposo, coordenadora do GESTUAL (de esquerda para direita).
Fonte: Rosa Arma

2. Análise crítica das ações participadas

No âmbito da minha investigação de doutoramento, através da análise de casos, pretende-se perceber em que medida os tipos de intervenção e interação estabelecidos entre os diferentes envolvidos nos processos interferem na produção e transformação do espaço, mas também em que circunstâncias surge um modelo de cidade e sociedade alternativo e que formas este assume. A minha pesquisa pretende responder à exigência de um conhecimento outro e de uma maior experimentação acerca das abordagens participativas. Com base na reflexão sobre modelos e técnicas, seus limites, virtudes e impactos, pretende-se identificar os processos e premissas de projeto com maior potencial para conduzir a uma cidade mais democrática e empoderada, inclusiva e justa, mais qualificada e sustentável: uma *democra - city*. A análise da literatura permitiu estruturar uma grelha de avaliação de experiências consideradas paradigmáticas ao nível dos processos e dos projetos e seus impactos, para uma melhor compreensão crítica dos processos participativos. Tomo como referência autores que têm uma abordagem crítica às disparidades do espaço urbano geradas pelo modo de produção capitalista. Dentro destes, destaco Lefebvre e Harvey e suas obras, respetivamente *The production of Space* (1974) e *Spaces of Capital* (2001), que constituem uma referência para a abordagem ao espaço enquanto produto do social e do capital, e estão na base das reflexões sobre o território em contexto neoliberal (Brenner, 1999) e do conceito de justiça espacial (Fainstein, 2009). As intervenções participadas estão a ser avaliadas ao nível de: (1) fortalecimento da democracia entre os atores envolvidos e empoderamento das comunidades; (2) inclusão social e urbana, e justiça espacial; (3) qualidade urbana e habitacional, e (4) sustentabilidade ambiental e socioeconómica, para identificar os processos que logram transformar a cidade marginal numa cidade mais democrática e empoderada, inclusiva e justa, e mais qualificada e sustentável (uma *democra - city*), e o papel do arquiteto/ urbanista nesta transformação.

No âmbito deste texto pretende-se apenas identificar o potencial transformador inscrito nas intervenções do GESTUAL no Bairro da Torre e seus resultados, não deixando de se interpelar sobre a insuficiência das

transformações materiais que resultaram e sobre a operação de erradicação do bairro que a Câmara de Loures continua a implementar, que são encaradas como insucessos, mas não deixam de fomentar a reflexão sobre a importância da dimensão processual e o hiato entre os processos e seus resultados.



Fig. 02 Reunião da Assembleia de Moradores que junta a associação local Torre Amiga a outros coletivos de bairros periféricos da AML. Fonte: Rosa Arma

As ações desenvolvidas pelo GESTUAL no Bairro da Torre no quadro do projeto de investigação e que a autora tem acompanhado no âmbito da própria investigação, tem sido sempre realizadas em estreita interação com os atores locais e através da sua inclusão nos processos de decisão sobre a transformação do próprio bairro. A metodologia da investigação-ação permitiu envolver os habitantes na construção de um discurso comum e na criação de soluções, contribuindo para o seu *empowerment* (Friedmann, 1992). As intervenções no Bairro da Torre, inscrevem-se, portanto, num processo reflexivo virado à transformação de todos os atores envolvidos no processo de transformação do próprio bairro e da cidade. Contudo, as ações descritas e, no geral, os projetos conduzidos numa abordagem interativa, seja de iniciativa pública ou promovidos por associações locais, equipas académicas ou ateliers privados, em conjunto com os agentes locais, da sociedade civil ou do poder local, não estão isentos de conflitos. No nosso caso também, esteve-se perante uma arena social (Sardan, 1995), na qual se confrontam atores com racionalidades e interesses diferentes. O resultado dos projetos participativos está dependente da relação de forças entre os diversos agentes envolvidos (Raposo, 2017) e, para além das forças em campo, o hiato entre os saberes político-técnicos e o saber comum, o tempo da sua implementação, e, em alguns casos, o carácter pontual, a incorporação numa dimensão setorial e o investimento reduzido, constituem obstáculos dos projetos participativos (Raposo, Crespo e Lage, 2017) e também podem gerar conflitos, mas, como refere Guerra (2010), o conflito faz parte dos processos participativos e, requerendo resiliência por parte de todos os participantes, contribui de qualquer forma para o empoderamento cidadão.

O GESTUAL constituiu-se, no âmbito dos processos implementados no Bairro da Torre, como equipa exterior catalisadora de ideias e recursos locais, orientadora em relação as ações que surgiram de forma espontânea na comunidade, e facilitadora, encontrando, numa fase inicial, as formas de uma dinâmica mais colaborativa entre os moradores e o município de Loures. O sucessivo deteriorar-se da relação entre os moradores e a Câmara acabou por levar ao agravamento das condições de habitabilidade do bairro, dada a interdição à realização de obras novas, com vista à erradicação do bairro, e a permissão de melhorar as casas exclusivamente dentro de cada uma delas, pelo que só pequenas ações pontuais foram concretizadas, com resultados apenas paliativos ao nível da requalificação do espaço construído. Contudo, as intervenções participadas no Bairro da Torre implementadas pelo GESTUAL constituem ensaios de "formas mais

horizontais de articulação entre a academia e a sociedade civil, encontrando alternativas à crescente tecnicização da intervenção pública" (Lages et al., 2017:64).

3. O arquiteto rebelde

Ao analisar as transformações operadas pelo capitalismo, Harvey (2004) advoga a favor de um novo pensamento utópico, denominado 'utopismo dialético', que "implica a disposição, mesmo que seja no mundo do pensamento, de transcender ou reverter as formas impostas pela acumulação descontrolada do capital, pelos privilégios de classe e pelas amplas desigualdades de poder político-económico." (Harvey, 2004: 262), e destaca a figura do 'arquiteto rebelde em ação'. Harvey apresenta o uso da imaginação como central na sua teoria. Estimula-se a imaginação no sentido de esta poder construir possibilidades em direção à autotransformação do homem. Harvey aponta limites à capacidade de imaginar, que se encontram no vasto conjunto de regulamentações sobre o espaço, e na negociação "que está sempre na base de todas as práticas políticas e arquitetônicas" e que "envolve as pessoas que buscam transformar umas às outras e ao mundo, assim como a si próprias" (Harvey, 2004: 309). Se, para Harvey, cabe ao homem tanto o papel de construtor do conjunto de regras e normas, quanto o papel de violador das regras e normas que cria, a emancipação do homem e a construção do novo vem exatamente desta ambivalência. O arquiteto rebelde tem o papel de provocar, através do uso da sua imaginação, a crítica às regras do modo de produção capitalista e a revelação de contradições e possibilidades de superação das mesmas. As próprias contingências e ambiguidades da modernidade revelam-se assim o motor dialético da sua superação em direção à criação de novas possibilidades.

De um lado, assiste-se hoje a uma prática da arquitetura de tipo 'autoral', distanciada dos cidadãos. Este tipo de arquitetura proporciona um imaginário deslocado da realidade social, económica e política contemporânea e não apresenta as condições necessárias para intervir nos territórios marginalizados pelo sistema dominante. Por outro lado, surge um urbanismo alternativo ao sistema dominante, de tipo colaborativo (Healey, 2005), caracterizado por pequenos projetos de intervenção local que incluem os habitantes como autores da transformação do seu espaço e que prioriza a coesão social e territorial, a valorização e requalificação das pré-existências (construídas, ambientais e também culturais e sociais), bem como o reforço das identidades e das solidariedades locais. No quadro deste novo paradigma, de que fala Raposo (2012), delineiam-se instrumentos e estratégias de intervenção que promovem a participação das comunidades na tomada de decisão e intervenções que visam a melhoria das condições de vida, baseadas nos direitos dos beneficiários e adaptadas às suas realidades sociais, enaltecendo a importância da formação, da investigação, da difusão da informação e do processo encarado como parte da solução. Estes projetos insurgentes vão para além do desenho e da construção de edifícios e usam táticas alheias às metodologias e aos procedimentos tradicionalmente aceites, alternativos aos instrumentos de gestão territorial consagrados. Constituem dispositivos de reativação da cidade e da cidadania e visam aprender a observar e transformar em conjunto e criativamente a cidade e procurar as respostas e práticas outras que a cidade contemporânea exige. Os públicos alvo destes projetos são os grupos de menores recursos, comunidades à margem, organizações da sociedade civil, associações locais e privados, ameaçados pela lógica de mercado e, cada vez mais, por processos de gentrificação.

As ações desenvolvidas no Bairro da Torre pela equipa multidisciplinar do GESTUAL, com seus conflitos e limitações, aparentam estar comprometidas com a inclusão social, a participação e a emancipação dos participantes, questionando os paradigmas de intervenção dominantes e constituindo um ensaio de construção do Direito à Cidade. A prática de uma arquitetura marcada por relações de proximidade com as coletividades locais e promotora de processos abertos às particularidades de cada tempo e de cada território, pressupõe um comprometimento contínuo com a própria vida, com os modos de pensar e viver no quotidiano. A arquitetura torna-se uma 'ciência nómada' (Deleuze e Guattari, 1997), imprevisível e aberta a deformações, metamorfoses, aberrações, intuições e ao acaso. Como considera o Nuno Portas (2005), "o

processo também desenha". Na intervenção no Bairro da Torre, promoveu-se esta abordagem investigativa, imaginativa e experimental, uma atitude de escuta dos lugares (alternativa a um sistema que procura policiar e limitar a complexidade contemporânea ao cumprimento de normas), e que incentiva a troca de papéis a fim de estabelecer um novo diálogo. Os 'arquitetos rebeldes em ação' (Harvey, 2004) no Bairro da Torre, ao desafiar os paradigmas globais de intervenção, colaboraram na abertura de espaços de resistência na cidade desigual para a construção do Direito à Cidade.

4. Nota conclusiva

Ao longo do meu percurso como arquiteta até aos espaços de resistência em Lisboa, redescobri o significado de uma prática profissional que rejeita as lógicas tecnocráticas e as abordagens *top-down* e se centra no local, promovendo uma abordagem mais interativa e que requiere a participação da população e de parceiros multidisciplinares. Cruzando as experiências em Lisboa e em outros contextos, comecei a refletir sobre o impacto das pequenas ações locais participadas e sobre a forma como estas podem contribuir para uma transformação mais profunda do bairro e da comunidade onde se intervém, bem como de toda a cidade e sociedade, pois, a construção de um novo paradigma urbano faz parte da luta por uma nova sociedade (Arantes, Vainer, Maricato, 2000). Como refere Raposo (1999), na linha de Lefebvre (1974), o espaço urbanizado resulta da interação entre condicionantes, determinismos ou constrangimentos estruturais (Estado – poderes, instituições, ideologias, instrumentos de planeamento, ... -, mercado, guerra) e as estratégias e capacidade de ação dos habitantes. Neste sentido, através de instrumentos participativos mais emancipadores, a cidade pode constituir-se como texto aberto, no qual todos os seus habitantes podem-se transformar em escritores de novas geografias mais humanas nas suas tramas esquecidas. Portanto, uma mudança real nos paradigmas de intervenção que transforme de forma dialética ideologias e práticas, pode acontecer se se atuar também ao nível de políticas governamentais que fortaleçam os projetos de base local (Raposo e Ribeiro, 2007).

Bibliografia

- Arantes, O., Vainer, C. e Maricato, E. 2000. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes.
- Ascher, F. 2012. *Novos Princípios do Urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Brenner, N. 1999. Globalisation as Reterritorialisation: the re-scaling of urban governance in the European Union. *Urban Studies*, 36(3), 431-451.
- Deleuze, G., Guattari, F. 1980. *Mille plateaux*. Paris: Éditions de Minuit.
- Fainstein, S. 2009. *Spatial Justice and Planning*. Em <http://www.jssj.org>
- Friedmann, J. 1992. *Empowerment: The politics of Alternative Development*. Cambridge, Mass and Oxford: Blackwell Publishers.
- Giddens, A. 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.
- Guerra, I. 2010. Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 121-134.
- Harvey, D. 1980. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Harvey, D. 2001. *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*. New York: Routledge.
- Harvey, D. 2004. *Spaces of hope*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Harvey, D. 2008. The right to the city. *New Left Review*, 53, 23-40.

- Healey, P. 2005. *Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies*. London: Macmillan.
- Lages, J., Wildemeersch D., Carolino J., Braga J., Veiga I. 2017. Sobre o dissenso. Considerando o laboratório “Este Largo Podia ser Assim, no Bairro da Cova da Moura. *Espaços Vividos e Espaços Construídos*, 1(5), 63-72.
- Lefebvre, H. 1968. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. 1974. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Portas, N., Domingues, A. e Cabral, J. 2003. *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portas, N. 2005. Política Urbana e Política de Habitação. Em N. Portas, *Nuno Portas, escritos 1963-2004. Os tempos das Formas, volume 1: A Cidade Feita e Refeita* (347-256). Guimarães: Universidade do Minho, Departamento Autónomo de Arquitetura.
- Raposo, I. 1999. *Urbaniser villages et maison*. Paris: Tese.
- Raposo, I., Ribeiro, M. 2007. As ONG, um novo actor do desenvolvimento urbano em Luanda e Maputo. Em J. Oppenheimer, I. Raposo, *Subúrbios de Luanda e Maputo* (175-218). Lisboa: Edições Colibri.
- Raposo, I., Crespo, J. L. e Lages, J. 2017. Participatory approaches in the qualification of semiurbanised periurban areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Area. Em M. Mendes, T. Sá, J. Cabral, *Architecture and the Social Sciences Inter and Multidisciplinary Approaches between Society and Space* (151-176). London: Springer.
- Raposo, I. 2012. Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção. Em M. Mendes, F. C. Ferreira, T. Sá, J. L. Crespo, *A cidade entre bairros* (107-109). Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Raposo, I. 2016. Marginal Urban Areas metamorphosis: A New Global Phenomenon Needs New Ways of Thinking and Intervening. Em O. Marina, A. Armando, *Inclusive, Exclusive Cities* (68-92). Skopje: Sinergi Project.
- Raposo, I. 2017. Pelo Direito à Habitação e à Cidade: a Construção de redes alargadas de discussão. Em M. Rodrigues, M. Fontes, M. Silva e A. Fontes, *A cidade da participação* (21-25). Porto: Edições Afrontamento.
- Sardan, J. P. O. de 1995. *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris: Karthala
- Wallerstein, I. 2011. Structural Crisis in the World-System: Where Do We Go from Here?. *Monthly Review*, 62. Em <https://monthlyreview.org/2011/03/01/structural-crisis-in-the-world-system/> (Consulta: 12/05/2020).